

A AGRICULTURA NA AMAZÔNIA

NADY BASTOS GENU, Eng. Agrônomo, Diretor da Divisão de Produção do Território do Amapá.

O que poderiam esperar os senhores de um agrônomo? De um profissional que vive com o pensamento perdido entre conceitos e teoremas, análises de solos e fórmulas para sua correção, análises de forragens e métodos para sua aplicação, preceitos genéticos e cuidados em sua observação? Como vos poderia eu falar de outra coisa mais agradável e mais bonita? Farei, entretanto, o que estiver ao meu alcance para vos furtrar o menor espaço de tempo possível, abordando alguns aspectos do problema ou do complexo de problemas que envolvem o setor da produção no Território Federal do Amapá.

Estes são os ângulos da questão, que vos serão desnudados em uma análise sucinta:

- a) Solo e clima;
- b) Braço para o trabalho agrícola;
- c) Capital.

O desenvolvimento de uma região é consequência da sua capacidade produtora no setor agropecuário. A pecuária e a agricultura são mesmo dois estágios das civilizações. A pecuária na fase do nomadismo das populações e a agricultura quando essas populações começam a sentir a necessidade de se fixarem. Isto é o que está escrito e observado desde as mais recuadas eras. Entretanto, surge para nós, os técnicos que trabalhamos na Amazônia, a primeira dificuldade: a agricultura na Amazônia é nômade e por isto mesmo deficitária. Toda a técnica agrícola regional se limita na broca para a consequente

derrubada, queimada, encoivaramento para livrar o terreno dos troncos que o fogo não destruiu e plantio entre tocos, misturando no mesmo terreno, na mesma ocasião, na mais incoerente das consorciações de cultura, o milho, o arroz, a mandioca, o feijão, a batata doce, as cucurbitáceas, o gergelim, etc.

Está errado! dizem os técnicos; uma agricultura desta forma esgota o solo e é esta a razão do nomadismo dessa agricultura.

Qual dos dois está certo? Qual dos dois está errado? O agricultor ou o agrônomo?

Aqui se dá o primeiro conflito dos conceitos econômicos com os conceitos agronômicos, agravado pela influência do solo e do clima, e o caboclo orientou-se no sentido que o instinto lhe ditou — o sentido econômico.

Ambos, agricultor e agrônomo, estão certos, e ambos estão errados!

Quem vos fala, senhores, trabalha há dez anos no interior da Amazônia e tem a impressão de que pode fazer-vos esta afirmação tão paradoxal, e acha que só há explicação possível pela ocorrência dos fatores edáficos e climáticos.

Estou percebendo já vossa inquietação, e a vossa impressão de que me perdi no labirinto que precede ao alinhamento dos dados para o equacionamento do problema. Eu vos disse antes que a nossa agricultura era deficitária e vos disse depois que o agricultor estava certo porque se havia orientado instintivamente no sentido econômico; como poderá o azelte misturar-se à água, se ambos têm densidades diferentes?...

Salvo pequenas manchas localizadas nos altos rios e, pelo fato de serem pequenas e distanciadas dos centros consumidores, não têm expressão econômica pelos menos na atualidade, os nossos solos são pouco profundos, um tanto ácidos e dotados de uma grande percentagem de sílica, que os torna bastante leves e extraordinariamente porosos.

O nosso clima é quente e úmido, chicoteado barbaramente pelo sol do Equador e agravado por uma precipitação pluviométrica extraordinária.

Desnudado o solo, a queimada destrói inicialmente mais de 50 % da matéria orgânica que a floresta havia depositado e as chuvas violentas lixiviam para o subsolo os elementos fertilizadores que o solo poroso não teve compacidade suficiente para reter, ou arrastam para os rios, com a água pluvial que não foi absorvida o que ainda restava dessa matéria orgânica decomposta ou em decomposição — é a erosão.

Diante desses fatores negativos que, em dois anos no máximo, transformam o que foi uma floresta num areial, o lavrador tem uma solução: plantar tudo junto para tirar da terra, antes que a água lixívie ou arraste, e antes que se evolva pela precipitação do ácido úmido, tudo o que for possível transformado em produto agrícola, mesmo esgotando completamente o solo.

No ano seguinte novas derrubadas, novos incêndios e a destruição continua pela mão do homem, pela natureza do solo e pela influência do clima.

Podemos dizer que está errado? Sim; o agrônomo que conhece técnicas capazes de contornar esses fatores negativos e até mesmo multiplicá-los por menos um para torná-los positivos, condena essa prática e está certo.

Mas, as técnicas modernas aconselhadas exigem uma soma de conhecimentos que o nosso agricultor não possui, um equipamento que ele não tem meios para adquirir, nem o governo pode lhe dar, e um capital que ninguém lhe entrega

porque sabe que agricultura nessas condições é deficitária e o agricultor nem com a terra pode garantir o empréstimo porque, regra geral, ele não é dono da terra.

Então, o agricultor com a sua agricultura de terra arrasada está certo porque é a única maneira de tornar menos deficitário o seu trabalho, e o agrônomo que lhe aconselha técnicas que ele não pode utilizar está errado.

O futuro que tanto preocupa o técnico não entra nas cogitações do agricultor que aliás são muito poucas.

Os desertos que vão ficando para trás, as florestas que estão sendo destruídas, os mananciais que estão secando, os animais sofrendo sede, nada disso interessa. O almoço de hoje é a grande preocupação: o jantar, o sono compensará; amanhã, para os filhos, Deus haverá de prover.

A mais recente palavra de ordem que nos vem dos Institutos Agrônomicos e das instituições de estudos geográficos e econômicos é a agricultura nas várzeas. São os avanços e recuos da ciência. São os técnicos modernos rebuscando os alfarrábios históricos, trazendo da velha e legendária China de milênios atrás a experiência dos agricultores que se localizaram nas margens do Iang Tsé, ou do portentoso Egito o exemplo das obras ciclópicas que marginavam o fabuloso Nilo.

Os argumentos são solidamente profundos, revestidos de austeridade à altura das responsabilidades técnicas dos institutos e dos profissionais que os utilizam.

Os solos das várzeas são mais compactos, menos sujeitos à erosão, permitem um controle científico do teor de umidade pelas obras de drenagem e de irrigação, são mais férteis, e a produção tem mais fácil escoamento pelas estradas naturais — os rios. As enchentes e vasantes periódicas são a dádiva da natureza, refertilizando anualmente essas terras e urge aproveitar essa circunstância.

Mas... aqui vem o célebre "mas"... cético e desconcertante, semear a dúvida onde já há tanta

certeza. Por que esse ceticismo? Por duas razões principais: 1^ª) as várzeas dos nossos rios são mais insalubres que as terras altas. Saneá-las para colonizá-las é obra para várias gerações de homens corajosos e desprendidos, capazes de colocar o cérebro e o coração acima do estômago, onde eles foram colocados por Deus. Tentar colonizar as várzeas dos nossos rios sem os trabalhos preliminares de saneamento é criminoso. Os exemplos do que se tem gasto na baixada fluminense, do que tem gasto o SESP para sanear cidades ribeirinhas e do que tem gasto o Governo do Território Federal do Amapá para elevar o nível de saúde da sua população são um atestado de que o Tesouro Nacional ainda não dispõe de recursos para iniciar uma obra dessa envergadura.

Agricultar as várzeas dos nossos rios pelo mesmo processo de nomadismo do nosso lavrador é repetir o erro das devastações com uma produção um pouco mais elevada à custa de trabalhos muito mais penosos.

Proceder ao destocamento das áreas determinadas e a abertura de canais para drenagem e irrigação implicam na utilização de um equipamento que só o Governo pode possuir e assim mesmo em proporções aquém das necessidades.

Pode o agrônomo aconselhar ao agricultor que se desloque da terra firme para a várzea? Falta-nos o complemento da ordem — os detalhes e os recursos para a execução.

Passemos agora para o segundo lado do triângulo que vos tracei no início — o do braço para o trabalho agrícola.

Os números que o I.B.G.E. alinha nas colunas dos seus anuários são uma grande advertência.

É rala a nossa densidade demográfica. A Amazônia é um grande deserto e este é o maior problema da agricultura na região.

Problema que se agrava dia a dia, embora com o crescimento da população, porque à proporção que cresce a população devia aumentar

a produção para que se não estabelecesse o desequilíbrio que se verifica entre os que consomem e os que produzem gêneros alimentícios, desequilíbrio esse que se reflete na nossa balança econômica, aumentando a nossa importação e devorando as nossas divisas.

Esta é a trágica encruzilhada dos fatores positivos e dos fatores negativos que controla a produção.

É o transporte para os mercados consumidores desanimando o produtor, mesmo nos Estados do Sul magnificamente servidos de rodovias e ferrovias.

É a assistência médica e escolar deslocando o agricultor para as cidades, premiados pela necessidade de melhorar as condições de saúde física e mental.

É a falta de assistência técnica retardando o anseio que tem o nosso lavrador de sair da rotina, de abandonar os processos indígenas que ainda hoje segue a sua agricultura.

É a ausência de Estabelecimentos de Crédito que lhe financie as atividades e lhe arranque das mãos de intermediários inescrupulosos e desumanos.

São os Institutos de Aposentadorias e Pensões e essa legislação social defeituosa que colocam à margem a classe mais necessitada de seu amparo.

São os salários ilusórios impostos por essa mesma legislação que estão aumentando o êxodo das populações rurais brasileiras.

É a indústria extrativa desviando parte do elemento humano para o seu trabalho desorganizado.

Tudo isto agravado pelo nomadismo de que antes vos falei.

Só há um caminho — o adensamento dessa escassa população em núcleos coloniais agrícolas onde se possa dar toda a assistência necessária para melhorar as condições de vida desses nossos irmãos do interior e impedir que eles se mudem para as cidades.

Vem em seguida a questão financeira, a questão do capital para o trabalho agrícola.

O nosso agricultor é pobre, paupérrimo, quase miserável.

O seu Banco é o comerciante do interior a quem antes de colher já deve tudo o que poderá produzir e que lhe foi entregue em gêneros alimentícios. Este é o ciclo vicioso de cada ano agrícola.

Os nossos estabelecimentos de crédito exigem garantias que o nosso agricultor não tem para dar. Nem a terra lhe pertence; esta é dos latifundiários que não plantam nem criam, e que também quase sempre não se incomodam que os caboclos nela localizem seus roçados; mas que permanecem alertas para o golpe contra os cofres públicos quando o Governo necessita dessas terras para um empreendimento qualquer, mesmo para a abertura de uma estrada que lhe venha valorizar o latifúndio.

Não há preço mínimo para o produtor, nem garantia para a sua produção. Não há crédito, não há financiamento. Estes só existem para agricultores e criados abastados que, rigorosamente, talvez pudessem prescindir deles.

É este, senhores, o panorama da agricultura brasileira, sob alguns aspectos semelhante em todo o País, sob outros particularmente, na Amazônia.

Chegamos agora à segunda palavra de ordem que as publicações nos trazem para a mobilização agrícola — suprir a deficiência de braços de que vos falei anteriormente com a mecanização da lavoura.

Será possível que essa gente não se lembra que a Amazônia é ainda semiselvagem e que, para um plano dessa envergadura, nós necessitaríamos inicialmente de preparar os homens para manejarem essas máquinas e de preparar as áreas onde essas máquinas possam apresentar um rendimento de trabalho compensador? E onde o capital para esses trabalhos preliminares e para a aquisição dessa maquinaria? Por que, antes desse conselho, não distribuíram escolas agrícolas pelo país como o Serviço Social de Indústria está espalhando escolas industriais para melhorar o nível de trabalho dos operários das nossas fábricas? Depois de tudo que foi dito, os

senhores deverão estar fazendo um juízo tremendo das minhas convicções políticas e deverão estar pensando como um moço da minha idade pode abrigar em seu coração tanto ceticismo. E eu responderei ao vosso pensamento que não sou um cético nem um transviado. Que creio no futuro de nossa Pátria, nos seus destinos políticos e econômicos dentro dos postulados da Constituição que nos rege, e nos homens que nos governam e nos guiam.

É por acreditar em tudo isso é que aqui me encontro, honrado com a confiança de Sua Excelência o Governador Janary Gentil Nunes, sobraçando uma das pastas mais espinhosas do seu secretariado.

E vim para o Amapá conhecendo todas as dificuldades que vos alinhei, porque tinha a certeza do que aqui já se fazia e do que se pretendia fazer no propósito de encaminhar a solução dos problemas da produção.

Centenas de quilômetros de rodovias avançam para o interior para canalizar a produção.

Cento e oitenta e seis reprodutores já foram vendidos aos criadores do Território para pagamento a longo prazo.

Uma Escola de Iniciação Agrícola funciona no Território preparando os nossos agricultores.

Duas fazendas e dois postos de monta estão instalados e em funcionamento.

Um campo experimental para a cultura do arroz irrigado garante as sementes que distribuimos gratuitamente por nossos agricultores.

Dos Postos Agro-Pecuaris multiplicam sementes e estudam as técnicas mais aconselhadas aos nossos trabalhos agrícolas.

Um núcleo colonial, já com 62 famílias localizadas, assistidas e financiadas pelo Governo, se encontra em pleno desenvolvimento. Só esta Colônia produziu, este ano, cerca de 40 toneladas de arroz, além de outros gêneros.

Milhares e milhares de cruzeiros são dispendidos, anualmente, com sementes, ferramentas agrícola-

las, inseticidas e fungicidas e medicamentos veterinários para distribuição gratuita e revenda aos agricultores e criadores.

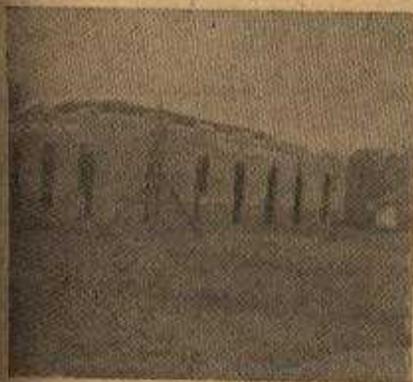
Seis agrônomos, quatro veterinários e dez práticos rurais, moços competentes e dedicados, percorrem o interior do Território assistindo a agricultura e a pecuária.

Dezesseis cooperações de agricultura mecanizadas foram feitas este ano. Nessas cooperações, o trabalho mecânico era inteiramente gratuito.

Cerca de vinte mil quilos de hortaliças, dezesseis mil ovos, e vinte e

um mil litros de leite foram entregues, pelo Governo, ao consumo da população durante o ano passado.

Eis o que já se fez no Amapá contornando as dificuldades de que antes vos falei, obra de um Governo profundamente humano e patriótico, e eis por que vos disse que não sou um cético nem um transviado, e creio no futuro da nossa Pátria, nos seus destinos políticos e econômicos, dentro dos postulados da Constituição que nos rege, e nos homens que nos governam e nos guiam.



CASA "A VENCEDORA"

DE

ZACARIAS NEVES & CIA.

Vendem-se fazendas, armarinhos,
ferragens — Estivas e Bebidas
nacionais e estrangeiras
A preços módicos

Oiapoque — Território Federal do
Amapá — Brasil

CASA AVEIRENSE

DE

ANTÔNIO GONÇALVES FARIA

Completo sortimento de Estivas,
Fazendas, Ferragens, Perfumarias,
Miudezas, etc.

PADARIA: Especialidade em pão comum.
Compra aos melhores preços Ouro para o
BANCO DO BRASIL

Avenida Caetano da Silva

Cidade Oiapoque — T. F. do Amapá

BRASIL

